



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaete

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI
Nº. 033/2023
RELATÓRIO

EXPEDIENTE
13 / 04 / 23

O Projeto de Lei nº. 033/2023, que **“CRIAÇÃO DA LEI “JUNTOS PELOS PETS” QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS PET SHOPS, CLÍNICAS VETERINÁRIAS E HOSPITAIS VETERINÁRIOS DE INFORMAR AO ÓRGÃO PÚBLICO AMBIENTAL QUANDO CONSTATAREM INDÍCIOS DE MAUS TRATOS NOS ANIMAIS POR ELES ATENDIDOS”**, de autoria do Vereador Osvaldo César da Silva Pinto, vem a esta Comissão para emissão de parecer sobre a sua juridicidade, legalidade e constitucionalidade, em conformidade com o art. 89, inciso I, alíneas “a” e “b”, do Regimento Interno.

FUNDAMENTAÇÃO

Pela análise da proposição, verifica-se que o Projeto de Lei tem por objetivo que clínicas veterinárias, pet shop e afins informem ao órgão público quando atenderem animais com indícios de maus tratos.

Na justificativa a autora da proposição alega que este visa o combate aos maus tratos perpetrados contra animais.

No caso em apreço, a proposição viola o princípio da separação dos poderes, pois tal matéria é de competência do Poder Executivo.

A União, já editou Lei Federal nº 9.605/98, voltada à criminalização e punição daqueles que efetuarem maus tratos contra animais, além da Lei 14.064/2020 que majorou as penas para aqueles que atentarem contra animais.

A Constituição Federal reservou aos Municípios a Competência para legislar sobre a defesa do meio ambiente, incumbindo-lhe ainda o poder/dever de polícia administrativa.

Desta forma, a proposta em análise apresenta vício de constitucionalidade e legalidade, motivo pelo qual a mesma não deve prosperar.

SALA DAS COMISSÕES, 11 DE ABRIL DE 2023.

VEREADOR JOÃO PAULO F. RESENDE VEREADOR PEDRO A. DE ALMEIDA

VEREADOR ESUTÁQUIO CÂNDIDO DA SILVA

Câmara Municipal de Conselheiro Lafaete-MG
-12-Abr-2023-17:57-044792-1/2